Novas fontes de financiamento para o Fundeb e a educação: as receitas do petróleo e gás no contexto da avaliação da política pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Superintendência de Participações Governamentais (SPG/ANP)

Audiência Pública Senado Federal 07 de outubro de 2025







Concessão Lei 9.478/97

- Art. 45
 - Bônus de Assinatura
 - Royalties
 - Participação Especial
 - Pagamento pela
 Ocupação ou Retenção de Área
- Art. 52:
 - Pagamento ao
 Proprietário da Terra

Cessão Onerosa Lei 12.276/10

- Art. 5º
 - Bônus de Assinatura
 - Royalties
 - Participação Especial
 - Pagamento pela
 Ocupação ou Retenção de Área
- Art. 52:
 - Pagamento ao
 Proprietário da Terra

Partilha Lei 12.351/10

- Art. 42
 - Bônus de Assinatura
 - Royalties
 - Participação Especia
 - Pagamento pela
 Ocupação ou Retenção de Área
- Art. 43:
 - Pagamento ao
 Proprietário da Terra



Competência da ANP

Decreto nº 2.705/1998

Art. 35. Os recursos provenientes dos pagamentos dos royalties e da participação especial serão distribuídos pela ANP, nos termos do disposto na Lei nº 9.478, de 1997, e neste Decreto.

Regimento Interno da ANP

Art. 111. Compete à Superintendência de Participações Governamentais:

II - apurar, distribuir, controlar e divulgar os dados relativos ao pagamento de royalties, de participação especial e pela ocupação ou retenção de área.

Royalties

Royalties



- Compensação financeira devida pelas empresas à União, estados e municípios, em função da produção de petróleo e gás natural no território nacional.
- O valor dos royalties a ser pago mensalmente pelas empresas, em relação a cada campo produtor, é obtido multiplicando-se três fatores: (i) alíquota dos royalties do campo produtor; (ii) produção mensal de petróleo e gás natural; e (iii) preço do petróleo e gás natural no mês.
- A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários (União, estados e municípios).
- Os pagamentos de royalties são recolhidos pelas concessionárias na Conta Única da União (DARF) e são integralmente distribuídos aos beneficiários pela ANP via Banco do Brasil (DAF).
- Os royalties são distribuídos aos beneficiários segundo diversos critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991 (distribuição da parcela de 5% dos royalties) e Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998 (distribuição da parcela acima de 5% dos royalties) e pelos parâmetros de decisões emanadas pelo poder judiciário.
- As informações acerca da apuração e distribuição dos royalties aos beneficiários estão disponíveis em https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties.

Arcabouço Legal - Royalties



- ▶ Lei nº 7.525/86 e Decreto nº 93.189/86: regime de concessão 5% (IBGE)
- ➤ Lei nº 7.990/89 e Decreto nº 01/91: regime de concessão 5%
- ➤ Lei nº 9.478/97: regime de concessão 5% e >5%
- > Decreto nº 2.705/98: participações governamentais
- ➤ Lei nº 12.276/2010: institui o regime de cessão onerosa
- **▶ Lei nº 12.351/2010: institui o regime de partilha de produção**
- **▶ Lei nº 12.734/2012: nova distribuição de PG (suspensa parcialmente)**

Arcabouço Legal - Royalties



- ➤ Lei nº 12.858/2013: recursos de royalties devem ser aplicados exclusivamente em educação e saúde
- > Resolução ANP nº 749/2018: redução royalties produção incremental
- > Resolução ANP nº 853/2021: redução royalties pequena e média empresa
- > Resolução ANP nº 874/2022: preço de referência do petróleo
- **▶ Portaria ANP nº 29/2001: parcela acima de 5% (movimentação)**
- > Resolução ANP nº 875/2022: preço de referência do gás natural (PRGN)
- > Resolução Conjunta ANP / Inmetro nº 01/2013: regulamento técnico da medição fiscal de petróleo e gás natural



Etapas de Royalties

1ª Etapa - Apuração



2ª Etapa - Distribuição

Etapa de Apuração de Royalties



Royalties (por campo) = <u>Alíquota</u> x Produção x Preços de referência

Alíquotas Legislação Regime Lei 9.478/97, art. 48 5% (Lei 7.990/89 e Decreto 1/91) Concessão e Cessão Onerosa Lei 9.478/97, art. 49 > 5% a 10% Lei 12.351/10, art. 42 15% Partilha

Etapa de Apuração de Royalties



Royalties (por campo) = Alíquota x Produção x Preços de referência

Produção

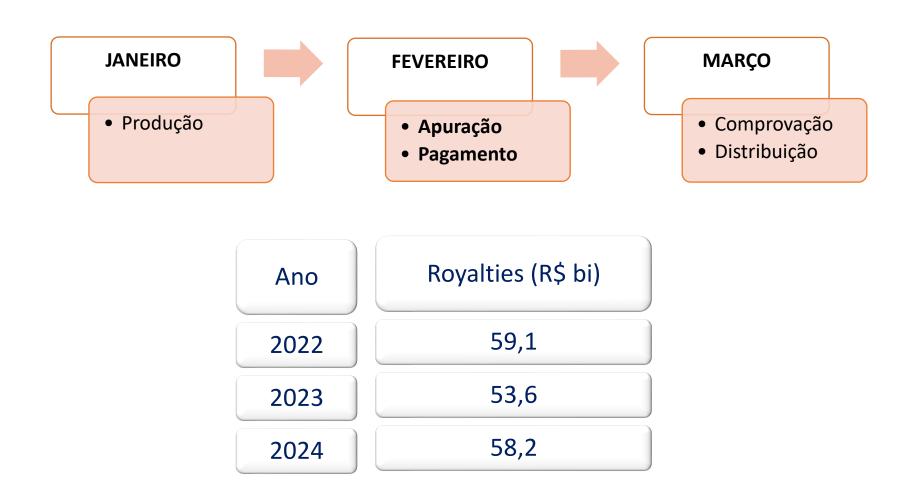
Produção mensal de petróleo e gás natural (Declarada pelo BMP).

Preços

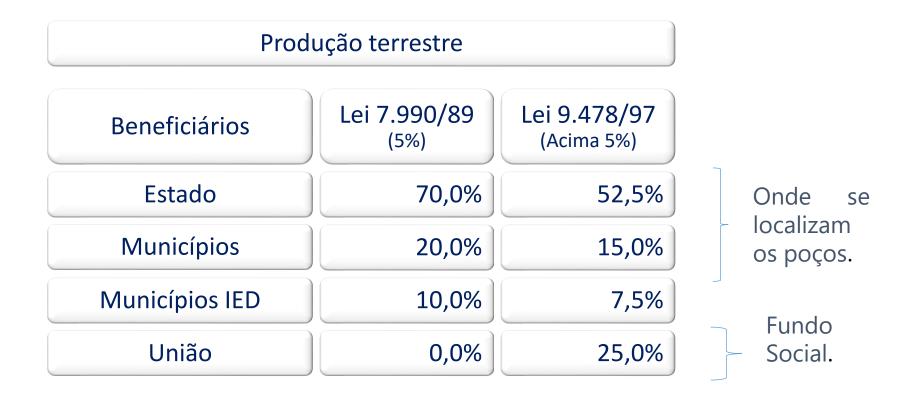
- Petróleo: Resolução ANP 874/2022 (Brent + Diferencial de Qualidade)
- Gás Natural: Preço de Venda (D2705/98) ou Resolução ANP 875/2022



Etapa de Apuração de Royalties







A ANP é responsável pela distribuição somente dos estados e municípios.



Produção marítima		
Beneficiários	Lei 7.990/89 (5%)	Lei 9.478/97 (Acima 5%)
União	20,0%	40,0%
Estado	30,0%	22,5%
Municípios	30,0%	22,5%
Municípios IED	10,0%	7,5%
Fundo Especial*	10,0%	7,5%

^{*} a ser distribuído entre unidades federadas e municípios.

A ANP é responsável pela distribuição somente dos estados e municípios.





Campos com declaração de comercialidade anterior a 3 de dezembro de 2012, produção realizada pré-sal, são destinados ao **Fundo Social**

Campos marítimos com declarações de comercialidade antes de 3 de dezembro de 2012, exceto pré-sal, são destinados **Comando da Marinha e MCT**

Campos marítimos com declarações de comercialidade após 3 de dezembro de 2012 são destinados para **Educação e Saúde**





^{*} a ser distribuído entre unidades federadas e municípios.

- Distribuído a todos os estados e municípios brasileiros (critérios do FPE e FPM).
- A ANP encaminha os valores totais ao Banco do Brasil.
- Os cálculos e a distribuição desses recursos por beneficiário é realizada pelo BB.

Participação Especial

Participação Especial



- A participação especial, prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira <u>extraordinária</u> devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.
- Pagamento trimestral sobre a Receita Líquida da Produção (RLP) somente dos campos que atingem grande volume de produção.
- Os valores são repassados aos estados e municípios exclusivamente em função de sua confrontação com campos produtores marítimos ou da localização do campo produtor terrestre no seu território.
- As informações acerca da participação especial, distribuída trimestralmente aos beneficiários, estão disponíveis em https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/participacao-especial ("Tabelas contendo o valor trimestral das participações especiais por beneficiário").



Arcabouço Legal – Participação Especial

- ➤ Lei 9.478/97: Institui a Participação Especial
- > Decreto 2.705/98: Regulamenta a lei acima
- > Resolução ANP nº 870/2022: Disciplina a apuração e os gastos dedutíveis
- **▶ Lei 12.858/2013: Educação e saúde**
- > Contrato de Concessão

Distribuição



➤ Art 50 da Lei 9.478/97:

Percentuais	Beneficiários
40,0%	Ministério de Minas e Energia ou Fundo Social
10,0%	Ministério do Meio Ambiente ou Fundo Social
40,0%	Estados produtores ou confrontantes com campos
10,0%	MUNICÍPIOS produtores ou confrontantes com campos

Educação e Saúde

Educação e Saúde

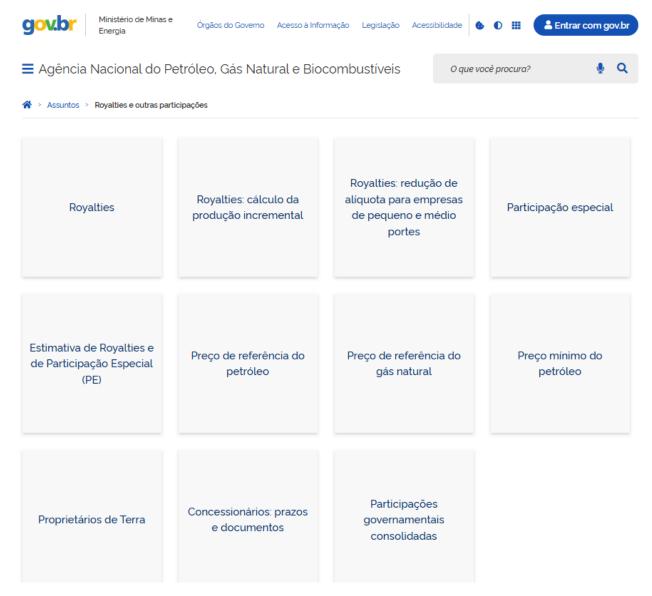


- A Lei nº 12.858/2013 dispôs sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Nos termos do estabelecido em seu art. 2º, devem ser destinados exclusivamente para a área de educação pública e saúde os seguintes recursos:
- receitas da União provenientes dos royalties e da participação especial decorrentes de áreas cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 03/12/2012, quando a lavra ocorrer em plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;
- receitas dos estados e municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, quando a lavra ocorrer em plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva; e
- 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social (receitas da União provenientes dos royalties e da participação especial decorrentes de campos sob o regime de concessão, cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 03/12/2012, oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal são destinadas ao Fundo Social).
- Destaca-se que cabe aos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a fiscalização da aplicação dos recursos provenientes de royalties e participação especial.

Transparência

Sítio Eletrônico da ANP

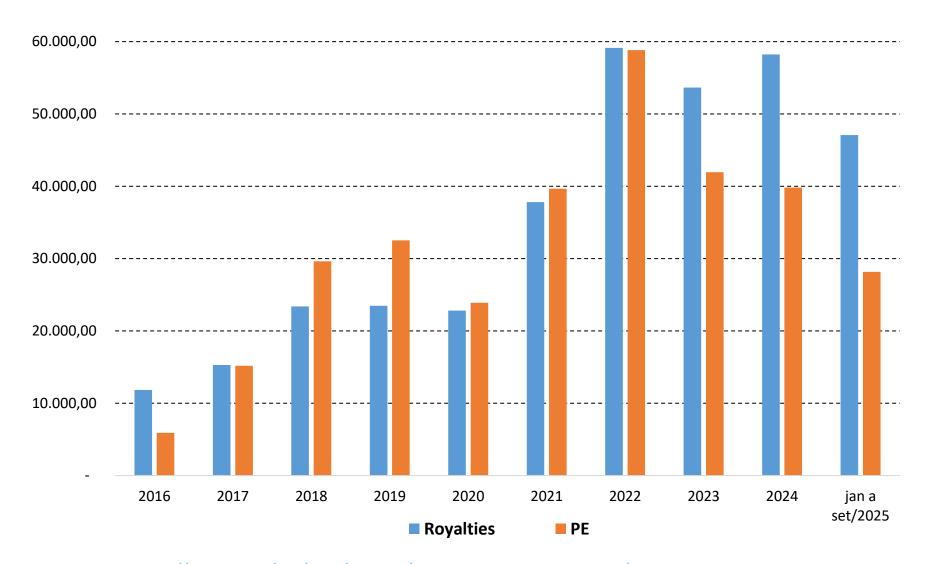




https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes



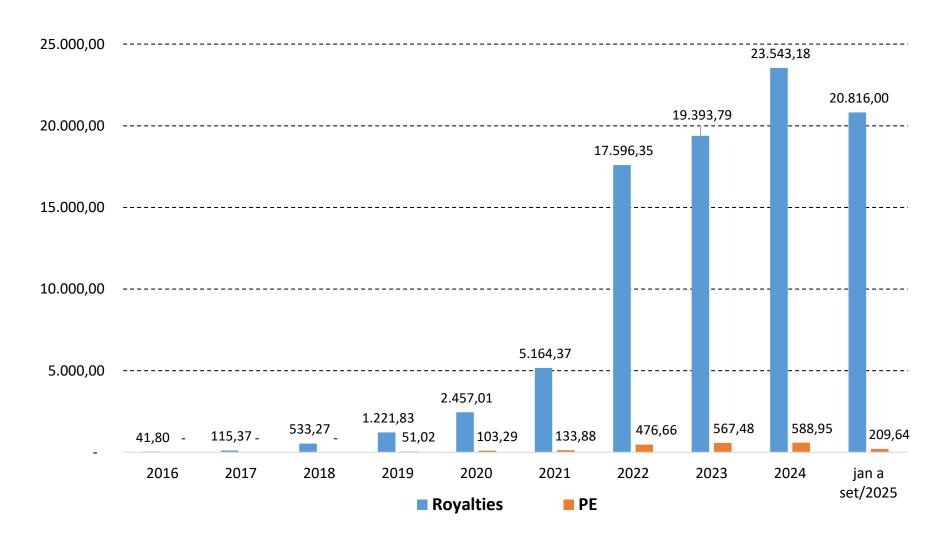
Evolução das Participações Governamentais - Brasil jan/2016 a set/2025 (em R\$ milhões)



Fonte: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/participacoes-governamentais-consolidadas

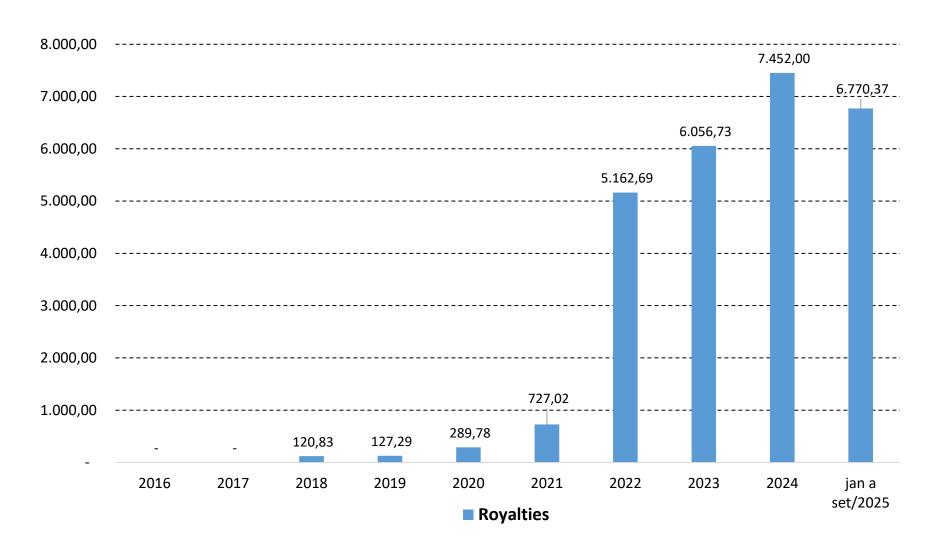


Evolução das receitas destinadas à Educação e Saúde Brasil, jan/2016 a set/2025 (em R\$ milhões)



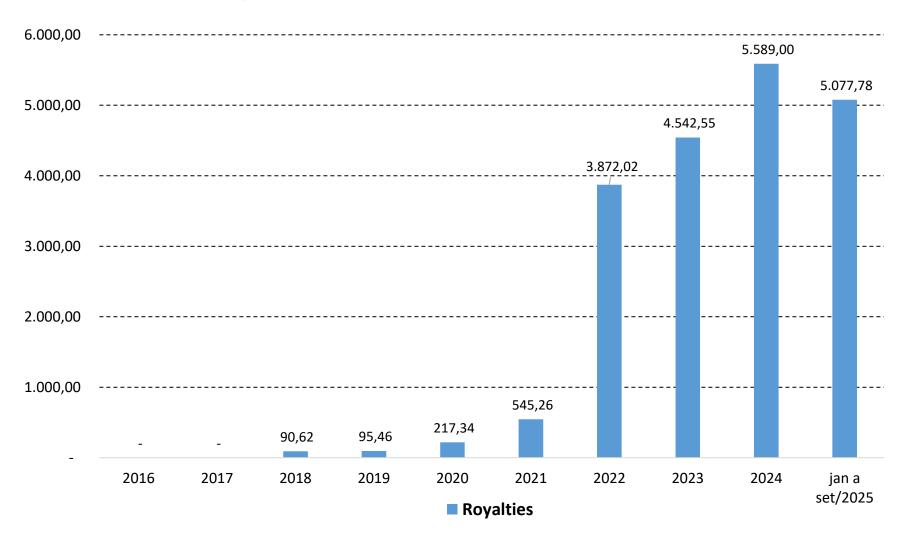


Evolução das receitas destinadas à Educação e Saúde Municípios, jan/2016 a set/2025 (em R\$ milhões)



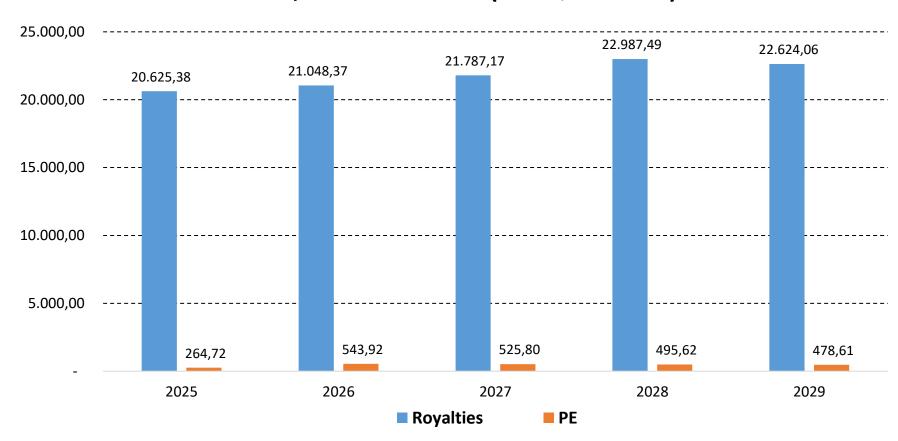


Evolução das receitas destinadas à Educação - Municípios jan/2016 a set/2025 (em R\$ milhões)





Evolução das estimativas de receitas destinadas à Educação Brasil, de 2025 a 2029 (em R\$ milhões)



Obs: Em função de incertezas inerentes aos valores dos parâmetros utilizados e do cumprimento de decisões judiciais, não há qualquer garantia de efetivação das estimativas ao longo do período simulado.

Obrigado